

MULHERES CARCEREIRAS: EFEITOS DO TRABALHO EM UNIDADES PRISIONAIS

WOMEN PRISONERS: EFFECTS OF WORK IN PRISON UNITS

LISANDRA CHAVES DE AQUINO MORAIS

Universidade Potiguar – UnP. Email: lisandra.morais@hotmail.com

BÁRBARA MARIANE DA SILVA

Universidade Potiguar – UnP. Email: barbaramariane@hotmail.com

RAFAEL DE ALBUQUERQUE FIGUEIRÓ

Universidade Potiguar – UnP Email: Rafaelfigueiro103@gmail.com

MARTHA EMANUELA SOARES DA SILVA FIGUEIRÓ

Centro Universitário Uninassau – Natal Email: marthaess@gmail.com

RAISSA BEZERRA GUEDES

Universidade Potiguar – UnP Email: guedesbraissa@gmail.com

SARA NÓBREGA LEITE E SILVA

Universidade Potiguar – UnP Email: sarahnlss@hotmail.com

RESUMO

O sistema penitenciário brasileiro enfrenta diversos desafios como a superlotação, a precariedade das estruturas físicas, a insalubridade e a dificuldade de ressocialização dos apenados, além da violência e da violação de direitos. Esse contexto se revela um ambiente propício para adoecimentos físicos e psíquicos. É nesse cenário que as policiais penais (PP) exercem a função de custódia, sendo responsável pela manutenção da ordem e integridade das internas nas unidades prisionais femininas. As policiais penais enfrentam um processo de subjetivação singular, resultante da experiência no cárcere, lidando com estresse, sobrecarga de trabalho, dentre outros problemas. Assim, essa pesquisa teve por objetivo compreender os impactos do



trabalho prisional nos processos de subjetivação de policiais penais em uma unidade prisional feminina, localizada em Natal-RN. A metodologia adotada consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas com doze policiais penais, abordando aspectos de sua rotina, afetações, produção de subjetividade, vida familiar e relações interpessoais antes e depois da inserção no sistema prisional. Os resultados indicam processos de subjetivação que transcendem o ambiente laboral, sugerindo um modo específico de ser e agir, caracterizado por um estado permanente de vigilância, sensação de insegurança, estresse, agressividade, naturalização e banalização da violência.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Policial penal; Subjetividade.

ABSTRACT

The Brazilian prison system faces several challenges, such as overcrowding, precarious physical structures, unhealthy conditions, and difficulties in reintegrating prisoners into society, in addition to violence and violations of rights. This context is a favorable environment for physical and mental illness. It is in this scenario that female prison police officers (PP) perform the role of custodians, being responsible for maintaining order and integrity of inmates in female prison units. Female prison police officers face a unique process of subjectivation resulting from their experience in prison, dealing with stress, work overload, among other problems. Thus, this research aimed to understand the impacts of prison work on the subjectivation processes of female prison police officers in a female prison unit located in Natal, Rio Grande do Norte. The methodology adopted consisted of applying semi-structured interviews with twelve female prison police officers, addressing aspects of their routine, affects, production of subjectivity, family life, and interpersonal relationships before and after insertion into the prison system. The results indicate processes of subjectivation that transcend the work environment, suggesting a specific way of being and acting, characterized by a permanent state of vigilance, a feeling of insecurity, stress, aggressiveness, and the naturalization and trivialization of violence

Keywords: Penitentiary System; Prison Officer; Subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

A prisão faz parte da história da humanidade há milênios, mas, a partir da institucionalização do sistema jurídico-penal moderno, o problema ganha contornos mais problemáticos. Trata-se de indivíduos desprezados pela sociedade, condenados a cumprir penas em condições insalubres. O sistema penitenciário apresenta-se atualmente permeado por problemas, como a má alimentação dos presos, maus-tratos, falta de infraestrutura e higiene, vulnerabilidade a doenças físicas e adoecimento psíquico, além da ineficiência na ressocialização, onde 90% dos ex-



detentos voltam a cometer crimes (ASSIS, 2007). Mesmo assim, há uma grande demanda por encarceramento, com um crescimento acelerado do número de pessoas presas, especialmente no Brasil. De 1990 até os dias atuais, nossa população prisional cresceu mais de 400% (Infopen, 2021).

Um dos maiores problemas enfrentados pelo sistema penitenciário brasileiro, segundo Pereira, Muller e Padilha (2008), é o aumento gradual do encarceramento, o que gera condições de trabalho ainda mais difíceis para os agentes prisionais, conhecidos atualmente como policiais penais, que são os funcionários responsáveis pela custódia dos presos. Os policiais penais (PP) são os profissionais que passam mais tempo e mantêm contato direto com os detentos.

Para Amaral (2012), os PP exercem funções como revistar presos, celas e visitantes, realizar a vigilância interna da unidade, conduzir presos e disciplinar suas refeições. Além disso, têm a função de ressocialização e reintegração social dos apenados, embora não possuam o treinamento e a capacitação adequados para isso. Eles também são responsáveis pela manutenção da ordem e integridade dos internos em seu ambiente de trabalho. Assim, de acordo com Mirabete (1997), esses funcionários carregam historicamente o estigma de serem a categoria com maior contato com os presos, o que os expõem a uma influência significativa e a um grande número de estímulos.

Nesse cenário, Lopes (1998) afirma que o processo de institucionalização dos policiais se inicia a partir do meio em que estão inseridos (as prisões). As regras, burocracias e até mesmo os relatos dos detentos ou funcionários mais antigos contribuem para a construção de novas percepções sobre aquele ambiente, assim como o comportamento, vocabulário e gestos são moldados pelas experiências do dia a dia.

Não muito diferente de outros estados, os policiais penais do Rio Grande do Norte são afetados por problemas típicos dessa categoria profissional, como estresse, adoecimento físico e psíquico, consumo de álcool e outras drogas, além de trabalho em condições inadequadas (KALINSKY, 2008; GHADDAR, MATEO & SANCHEZ, 2008; LOURENÇO, 2010; RUMIN, 2006; LOPES, 2007; FERNANDES et al., 2002; VASCONCELOS, 2000; JESUS & FELIPPE, 2021). A superpopulação prisional, aliada ao baixo número de policiais penais, intensifica o desgaste físico e mental



(JESUS & FELIPPE, 2021), resultando em condições de trabalho insatisfatórias, exposição a riscos psicossociais e deterioração da saúde desses profissionais (JASKOWIAKI & FONTANAL, 2015).

Diante desse cenário, embora existam algumas pesquisas sobre as condições de saúde e saúde mental desses profissionais, pouco se discute acerca dos processos de subjetivação pelos quais esses sujeitos passam. Fernandes et al. (2002) apontam que os PP, por manterem um contato mais estreito com os apenados, estão suscetíveis a um processo de subjetivação específico que o cárcere produz, moldando suas subjetividades e gerando hábitos, comportamentos, e até mesmo gírias e expressões linguísticas (RUMIN, 2011).

Assim, esta pesquisa busca responder às seguintes perguntas: Quais impactos podemos observar na rotina das policiais penais e em suas relações interpessoais? Que afetações o trabalho no cárcere produz? Quais linhas de subjetivação emergem desse contexto? Nesse sentido, objetivamos compreender os efeitos do trabalho no cárcere nos processos de subjetivação de policiais penais do sexo feminino em uma unidade prisional localizada em Natal, Rio Grande do Norte.

2 MÉTODO

A presente pesquisa parte do referencial teórico-metodológico da análise institucional e da cartografia como ferramentas de investigação. A análise institucional é um conjunto de saberes e práticas que visa a análise de grupos e coletivos, buscando um melhor funcionamento dos mesmos, elucidando as dinâmicas institucionais em curso e revelando contradições e não-ditos, especialmente por meio de determinados analisadores, presentes no contexto em questão, favorecendo ou deflagrando processos de autoanálise e autogestão (BAREMBLITT, 1992).

Aliados aos pressupostos acima apresentados, a proposta da cartografia se alinha aos objetivos da pesquisa, tornando-se uma ferramenta importante no processo investigativo. Como o próprio nome indica, a cartografia busca dar conta de um espaço, considerando as relações possíveis entre territórios, capturando intensidades e atentando para o jogo de transformações desse espaço. Ao contrário dos clássicos métodos de pesquisa, a cartografia não busca a representação fidedigna de um



objeto, mas, sobretudo, acompanhar processos. Nesse sentido, aproxima-se da pesquisa etnográfica, visando habitar um determinado território existencial, a fim de captar os processos de subjetivação em curso. Mais do que buscar informações, trata-se de permitir-se entrar em contato com outros territórios existenciais, atento aos afetos e efeitos que isso produz no pesquisador (BARROS & KASTRUP, 2009).

Assim, a pesquisa está interessada em experimentar movimentos e territórios, novos modos de existência, sempre a favor da vida e dos movimentos que rompem com o instituído (KIRST, 2003). Para tanto, é necessário estar atento aos discursos, gestos, funcionamento e ao regime discursivo operante (MAIRESSE, 2003). A ideia principal aqui era acompanhar os processos de subjetivação pelos quais passam os policiais penais no dia a dia da prisão, compreender o território existencial que habitam e as linhas de força presentes em seus cotidianos.

O termo subjetividade é entendido aqui como uma maneira específica de viver, sentir, valorar e habitar o mundo. Esse "modo de vida" transcende as concepções clássicas acerca de uma suposta natureza humana inata, sendo compreendido como algo de "natureza industrial, maquínica; ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida" (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 25). Nesse sentido, o processo pelo qual se produzem subjetividades é, principalmente, social: "a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social" (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 31), ou seja, pelas relações sociais, pelo trabalho, pela cultura e valores de uma dada época, pela mídia, etc. "Ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares" (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 33). Dessa forma, a prisão (e o trabalho nesses equipamentos) é considerada um importante lócus de produção de subjetividades. A escolha da cartografia se justifica pela possibilidade que essa proposta oferece de mapear territórios, por meio da escuta, olhares, palavras e sensibilidade do pesquisador (BARROS & KASTRUP, 2009).

A pesquisa foi realizada no Presídio Feminino João Chaves, em Natal, Rio Grande do Norte. A referida unidade prisional conta atualmente com 150 detentas e 25 policiais penais femininas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, totalizando 12 entrevistas, além de conversas informais com as policiais durante seus turnos de trabalho. A entrevista semiestruturada tem como finalidade propor alguns



questionamentos básicos sobre o tema em questão, permitindo certa liberdade para explorar outros caminhos e respostas de forma mais livre (MANZINI, 2004). Os dados foram coletados em 16 encontros, na própria unidade prisional, entre 2022 e 2024. O roteiro de entrevista foi composto por questões que abordavam aspectos gerais acerca da vida da policial, impactos no cotidiano e na vida familiar, modos de vida e transformações subjetivas decorrentes da carreira policial, além de dados sociodemográficos.

3 AS POLICIAIS PENAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

Nesta pesquisa, realizamos um mapeamento com doze policiais penais, com idades variando de 26 a 36 anos. A escolha das participantes foi baseada na disponibilidade para participar da pesquisa e na facilidade de conciliar os horários. Importante destacar que os todos os nomes utilizados neste texto para nomear as participantes são fictícios.

A maior parte das entrevistadas possui de um a dois anos de experiência no cárcere, enquanto apenas três policiais penais têm de três a cinco anos de atuação. Todas as policiais penais femininas entrevistadas optaram pela profissão em função da jornada de trabalho, que consiste em 24 horas de serviço seguidas por 72 horas de folga, além da estabilidade financeira proporcionada pelo concurso público.

Em relação ao ambiente laboral, as policiais penais relataram uma série de dificuldades, como a infraestrutura inadequada, a insalubridade dos locais de descanso, a falta de reconhecimento, a sobrecarga de trabalho, o baixo efetivo, a falta de capacitação, a ausência de equipamentos e instrumentos de trabalho, o preconceito por parte da sociedade e a motivação para o trabalho em decorrência da carga horária e da remuneração.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico apresentamos as análises e discussões dos resultados obtidos



por meio das entrevistas realizadas com policiais penais do sexo feminino. Para isso, dividimos os resultados em dois principais eixos de análise: “*Eu estou sempre em alerta*”: a produção de mulheres vigilantes” e “*Eu fiquei seca. tudo para mim é banal*”: prisão e a produção de subjetividades insensíveis”. Vamos a cada um deles.

“EU ESTOU SEMPRE EM ALERTA”: A PRODUÇÃO DE MULHERES VIGILANTES

Para iniciar este tópico, é imprescindível considerar as condições de trabalho em que os policiais penais estão inseridos, destacando que as prisões brasileiras abrigam grupos que compartilham o mesmo ambiente e enfrentam situações de vulnerabilidade, embora desempenhem funções diferentes. Esses grupos são compostos por policiais penais e detentos: “O agente penitenciário está em íntimo contato com os detentos. Mesmo que o desejo, não pode afastar-se deles durante seu turno de serviço. É constantemente solicitado e procurado” (CENTURIÃO, 1990, p. 47). No caso da unidade pesquisada, há 150 detentas para cinco ou seis policiais por plantão, o que gera uma imensa sobrecarga de trabalho.

Nesse contexto, Campos e Sousa (2011) afirmam que o policial penal se transforma por meio do ambiente em que está inserido, desenvolvendo transtornos psicológicos, como sentimentos de inferioridade, perda de identidade, empobrecimento psíquico, regressão e infantilização, os quais, muitas vezes, impactam negativamente suas decisões fora do ambiente de trabalho. O contato direto com os detentos os leva a pensar, agir e se expressar de maneira similar a eles, o que afeta sua identidade e rotina fora da prisão. Isso é evidenciado no discurso de uma das entrevistadas:

A primeira coisa que muda na sua vida é a sua postura, seu comportamento. A gente perde aquela ingenuidade, começa a ver maldade em tudo, de tanto lidar com as detentas. O contato com esse mundo faz a gente ficar mais ligada, mas também tem as consequências... Você fica mais ansiosa, sente medo na rua, dorme mal, etc.

Nessa perspectiva, Moraes (2013) apresenta a necessidade de vigiar e manter a ordem na prisão como uma questão central na construção da identidade e no desgaste do trabalho dos agentes penitenciários, colocando os policiais penais sempre em uma posição limítrofe entre dois mundos: a lei e a ordem de um lado, e o



crime e a desordem do outro. Essa proximidade entre ordem, desordem e crime é a gênese da constante desconfiança dos carcereiros. A imersão dos agentes penitenciários nas unidades evidencia a necessidade de se manterem em permanente alerta e desconfiados, conforme exemplificado na fala da policial penal Maria: “A gente desconfia de tudo. Desconfia da família, por isso lê as cartas, né? Eu fiquei desconfiada (...). Até quando estou fora da prisão eu desconfio de tudo.”

O estado de alerta e a desconfiança não se restringem ao ambiente prisional. Fora do horário de trabalho, em espaços de lazer e na vida pessoal, é possível observar os impactos do cotidiano prisional na subjetividade das policiais penais, resultando em uma incorporação da rotina institucional em sua vida domiciliar. Isso provoca mudanças em suas relações e comportamentos, conforme relata Luísa: “Às vezes eu dou a volta no quarteirão para ver se não estou sendo seguida. Antes de dormir, sempre verifico portas e janelas, às vezes mais de uma vez.” A verificação constante das condições de segurança da residência é um comportamento identificado por Rumin (2011) como uma mudança típica entre os carcereiros, evidenciada nas falas das policiais entrevistadas ao discutirem a vigilância que mantêm dentro e fora do cárcere. O trabalho na prisão resulta em uma atenção exagerada, como expressa a policial penal Joana: “Eu estou sempre em alerta.”

Em outra entrevista, Luciana destacou: “Eu fiquei mais atenta, agora presto atenção em tudo, em todos os lugares, principalmente quando estou na rua.” Esse relato sugere que, no contexto prisional pesquisado, os processos de subjetivação contribuem para a produção de medo, tensão e, como preferimos chamar aqui, a formação de mulheres vigilantes.

Nesse sentido, analisamos essa vigilância à luz da arquitetura panóptica descrita por Foucault (2008), entendida como um conjunto de dispositivos que possibilita a vigilância e o controle disciplinar. Tal abordagem permite o surgimento de um conhecimento sobre quem está sendo vigiado. No modelo panóptico, o policial penal, ao realizar seu trabalho de vigilância e custódia, está sempre em evidência, mantendo uma relação estreita com os presos e seus familiares. Contudo, ele não apenas vigia, mas também é vigiado pelos apenados, dada a proximidade do cotidiano de trabalho. Nessa dinâmica de vigiar e ser vigiado, a preocupação com a própria segurança torna-se evidente entre as policiais, especialmente considerando os casos



de agressões e tentativas de homicídio contra policiais penais em nosso estado. Assim, é fundamental pensar a prisão como um dispositivo que desencadeia processos de subjetivação, não apenas entre os presos, mas também entre os policiais penais (FIGUEIRÓ, 2023).

Dessa maneira, a insegurança do ambiente carcerário e o contato com as detentas tornam as policiais mais atentas, como comprovado pelo relato de Antônia sobre sua vida antes e depois do cárcere: “Agora tenho mais atenção nos lugares, os parentes dos presos me conhecem. Não existe mais aquele hábito de sair para tomar cerveja em barzinho, como eu fazia antes de ser policial.” A partir dessas falas, podemos entender que “é o medo o que mais aflige o agente fora dos muros da prisão” (LOURENÇO, 2010, p. 23).

Assim, observamos um movimento no contexto pesquisado em direção à produção de subjetividades vigilantes e atentas, evidenciando uma vida marcada pela tensão e insegurança. Os medos, angústias e receios vivenciados dentro da prisão fazem com que essas mulheres se tornem vigilantes não apenas em seu local de trabalho, mas também em suas vidas cotidianas. Segundo Figueiró (2015), isso resulta em trabalhadores vigilantes em tempo integral, atentos 24 horas por dia.

Como consequência desse modo de vida, é importante destacar os impactos na saúde mental das policiais entrevistadas. Muitas relataram problemas de sono, sintomas depressivos e ansiosos (incluindo o uso de medicação psicotrópica), além de cansaço excessivo, uma vez que as policiais permanecem sempre em estado de alerta. “Minha vida era excelente, eu não tinha problemas nem cansaço. Hoje em dia eu vivo cansada, acordo cansada. Não tenho um sono tranquilo, já estou indo para a homeopatia.” Outra entrevistada complementou: “Eu faço uso de remédio para dormir; muitas aqui fazem.”

O fator sono foi ressaltado por algumas policiais penais como algo extremamente negativo após a inserção no cárcere. Mesmo fora de plantão, elas afirmaram que, além da insônia, não conseguem ter uma noite tranquila sem acordar ao menos uma vez. Esse fenômeno já foi mencionado por diversos autores: “A perturbação do sono é uma manifestação frequente entre esses trabalhadores. Além das dificuldades para iniciar o ciclo de sono, emergem manifestações oníricas aterrorizadoras sobre sua integridade física, sobre o coletivo dos trabalhadores e de



seus familiares” (RUMIN, 2011, p. 194).

Desse modo, além dos impactos subjetivos relacionados à aquisição de novos hábitos e modos de ser, a rotina prisional está associada a processos de sofrimento psíquico vinculados ao trabalho. MORAES (2005, p. 226) afirma:

Um tipo de rotina que significa pôr-se permanentemente alerta e em guarda. Entende-se assim, porque se tem chamado a atenção para os índices alarmantes de distúrbios psiquiátricos entre os agentes penitenciários, que vão da insônia ao nervosismo até a paranoia, passando pela dependência química, principalmente o alcoolismo.

“EU FIQUEI SECA. TUDO PARA MIM É BANAL”: PRISÃO E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES INSENSÍVEIS.

Outro ponto observado no contexto pesquisado diz respeito à produção de mulheres marcadas pelo sentimento de indiferença ao outro, intolerantes e insensíveis para com o sofrimento humano, sobretudo das detentas. Para compreender essa questão, porém, devemos trazer à tona o início da formação dos policiais penais em nosso estado, processo marcado pelo militarismo.

Assim, Figueiró (2015) discorre sobre o processo de militarização na formação dos policiais penais do Rio Grande do Norte, destacando, entre outros fatores, que os policiais penais, por terem sua formação inicial coordenada por policiais militares, terminam identificando-se também com o ambiente militar: gritos ou tom de voz mais alto, ordens, disciplina, rispidez, agressões, etc. O papel social assumido pelos policiais penais acaba se assemelhando ao da polícia, podendo ser expresso na seguinte fala de uma das entrevistadas: “*Eu achava que ia ser igual a um policial, bem operacional*”.

Nesse contexto, a formação e o cotidiano prisional criam linhas de força que moldam a identidade do policial penal, produzindo sujeitos rígidos, insensíveis, ecoando na banalização da violência e do direito do outro, tal como descrito na fala de Maria:



Antes de entrar aqui eu era mais calma. Hoje eu sou indiferente a tudo. Eu até tentava ajudar as presas no começo. Mas depois você vai aprendendo que não pode confiar em ninguém, você vai cansando também e se acostumando ao sofrimento delas, até não se importar mais.

Lopes (2002) nos faz refletir, à luz de Foucault (2008), que a prática cotidiana nas prisões esboça um campo de guerra, onde, de um lado, estão os agentes, porta-vozes da moral social, e, de outro, os sentenciados, representantes de tudo aquilo que a sociedade rejeita em termos de comportamento. Se admitirmos a imagem das prisões como um campo de guerra, dificilmente descartaremos a possibilidade de ocorrência de atos de violência em seu cotidiano. Assim, a autora apresenta as instituições prisionais como locais criados para segregar, vigiar e punir, onde a violência é constantemente reproduzida. Aliado a uma formação militarizada (Figueiró, 2023), temos a naturalização da violência no cárcere, tornando-se habitual aos atores sociais que o compõem, inclusive aos policiais penais, que têm suas subjetividades moldadas, adquirindo contornos mais rígidos, endurecidos, tal como no campo de batalha.

Nessa mesma direção, é indispensável destacar o discurso da policial penal Maria que mais nos chamou atenção:

Eu fiquei seca. Tudo para mim é banal. Se um mata o outro para mim é normal, virou uma rotina. Criança? Se eu quiser soltar uma bomba, eu não penso que tem criança aqui dentro, não. Aí eu vou deixar de soltar uma bomba para evitar uma fuga se tem criança aqui dentro? Tenho nada a ver com isso, elas que mandem para casa, ou então não engravide.

Esse relato da entrevistada, expresso em tom de indiferença, configurou-se para a nossa pesquisa como principal eixo de análise a respeito do processo de produção de uma subjetividade insensível. Quando a interlocutora diz: *“Tudo para mim é banal. Se um mata o outro para mim é normal, virou rotina”*, reflete um movimento de captura do sentimento de empatia com o outro, configurando um processo de embrutecimento da sensibilidade, onde a violência se torna comum e tolerável, marcando as linhas de força e produzindo contornos subjetivos específicos.



Tais linhas de força nos fazem lembrar as contribuições de Arendt, mais especificamente aquelas contidas na obra *Eichmann em Jerusalém* (1999). A autora analisa o julgamento do militar nazista Adolf Eichmann, acusado de ser o responsável pela execução de milhares de judeus durante o regime nazista na Alemanha. A constatação da autora é, de certa forma, impactante: Eichmann não era um monstro, um psicopata ou algo do gênero. O militar alemão era um sujeito que se assemelhava a muitos outros funcionários públicos: um homem de família, bom cidadão, responsável e, principalmente, obediente. Isso o fazia obedecer à risca as ordens recebidas. Foi a partir disso que a autora afirma a tese acerca da “banalidade do mal” (Arendt, 1999, p. 123).

Com isso, a autora em questão nos leva à reflexão de que um ato mau se torna banal não por ser algo comum, mas por ser vivenciado de forma comum, ou seja, o mal torna-se comum e, assim, banal. Tal como Eichmann, muitos policiais penais, ao ingressarem na carreira, traçam o caminho do funcionário “padrão”, do agente “operacional” e, atravessados pelo processo de militarização na formação e pela rotina prisional, aprendem a cumprir ordens e a funcionar sob o registro militar.

Nesse contexto, aliado aos processos acima descritos, outros pontos também chamam a nossa atenção ao analisarmos as entrevistas com as policiais penais em questão. Enquanto pesquisadores, ficamos atentos ao contexto das entrevistas, posturas, gestos e corpo das entrevistadas. Dessa forma, podemos observar elementos como agressividade e estresse na maneira como se expressavam, além de inquietação ao responder algumas perguntas. O questionamento acerca das mudanças na vida antes e depois do trabalho na prisão desencadeou diversos questionamentos. As entrevistadas expressaram com clareza suas indignações, além do estresse, cansaço e sentimento de indiferença que atravessavam suas vidas devido ao trabalho no ambiente carcerário.

Dessa forma, ficou evidente o aumento da irritabilidade causado pelo trabalho no cárcere, conforme ilustrado na fala de Luciana: “*O que mudou na minha vida? A agressividade. Não tenho mais paciência, tudo enche meu saco*”. A insatisfação, raiva e angústia que ela carregava eram perceptíveis tanto no tom de voz quanto na maneira como se expressava.



Dada a função de custodiar os presos e manter a ordem e disciplina dos apenados, bem como a tarefa de lidar com conflitos e contenção de motins, as policiais penais acabam sendo capturadas pela necessidade de adquirir uma postura mais dura para impor respeito, o que pode ser claramente notado no depoimento de Luciana: *“Às vezes eu sou rude e grito com elas mesmo sem gostar (...). Tem umas que só vão no grito, sabe? Aí elas respeitam a gente”*. Não obstante, cumpre observar que tal postura com os presos foi internalizada e acabou refletindo em suas vidas fora do ambiente de trabalho, conforme a fala da policial Antônia: *“Acho que eu fiquei intolerante, meio agressiva (...). Não tenho paciência”*. Ainda nessa direção, a fala da policial Maria traz relatos de como tais modos de ser invadem o espaço doméstico, produzindo graves alterações nas relações familiares: *“Eu percebi que tava tratando minhas filhas igual eu trato as presas. Tudo era um grito, uma ordem. De repente eu me dei conta... Mas é difícil sair disso”*.

Segundo Thompson (1993), a prisão não é uma reprodução em menor escala da sociedade livre, mas sim um sistema singular, cuja principal característica é o poder, centrado em seu "regime totalitário", onde muitos aspectos da vida em liberdade são abruptamente modificados. Embora o sistema penitenciário seja regido por normas, existem formas específicas de habitar esse espaço, com linhas de força e territórios existenciais que se formam, moldando subjetividades – um processo que buscamos descrever de forma breve neste texto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo por objetivo compreender os impactos do trabalho prisional nos processos de subjetivação de policiais penais em uma unidade prisional feminina, em Natal-RN. Os resultados apontam para um processo de subjetivação marcado pela produção de sujeitos ansiosos, vigilantes, insensíveis, dispostos a banalizar a violência no cotidiano prisional.

Conforme o exposto, entende-se o sistema penitenciário como um dispositivo punitivo e repressor que não atende às expectativas de ressocialização dos apenados, considerando sua precariedade em termos de instalações físicas, superlotação e



péssimas condições de vida e higiene dos presos. Isso evidencia a ineficiência do Estado na custódia dos detentos e destaca a violação dos direitos humanos como algo comum nesse cenário.

É nesse contexto que as policiais penais desempenham seu trabalho de custódia, vigilância e ressocialização das apenadas. Nesse processo, as PP enfrentam estresse e sobrecarga de trabalho, além de outros sofrimentos físicos e psíquicos gerados pela inserção no ambiente prisional, que reverberam em suas vidas, dentro e fora da prisão.

Dessa forma, a pesquisa evidenciou modificações significativas no comportamento das entrevistadas, que não se limitavam apenas à dimensão ocupacional, mas apontavam para um modo específico de ser e agir. Estado permanente de vigilância, necessidade de estar atenta a tudo ao seu redor, sensação de insegurança, naturalização e banalização da violência, estresse, agressividade na fala e na forma de se expressar e intolerância são indicativos dos efeitos do trabalho na prisão, configurando a produção de mulheres vigilantes, insensíveis e com contornos rígidos em suas subjetividades.

Assim, é possível propor a implementação de políticas públicas e programas que assegurem cuidados voltados à saúde mental dos policiais penais, além de fomentar novas pesquisas no campo da Saúde do Trabalhador no Sistema Penitenciário no país. Além disso, é essencial desenvolver uma reflexão crítica sobre a formação dos agentes de segurança penitenciária, proporcionando a criação de um novo formato para a capacitação desses profissionais. Não obstante, destaca-se a necessidade de superar o sistema carcerário como mecanismo exclusivo de punição.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Amélia do. **A reinserção social do apenado: necessidade de políticas públicas efetivas**. 2012. 135 f. Monografia (Curso de Direito) – Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, Brasília, 2012.

ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 263 p.

ASSIS, Rafael Damaceno de. **A evolução histórica dos regimes prisionais e do**



sistema penitenciário. 2007. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/24894>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

BRASIL. INSTITUTO AVANTE BRASIL. **O sistema penitenciário brasileiro em 2013.** Disponível em: <<http://d2kefwu52uvymq.cloudfront.net/uploads/2015/02/LEVANTAMENTO-SISTEMA-PENITENCI%C3%81RIO-2013-JUNHO2.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

BONEZ, A.; DAL MORO, E.; SEHNEM, S. B. **Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense.** *Psicologia Argumento*, v. 31, n. 74, p. 507-517, jul./set. 2013.

CAMPOS, Juliana de Carvalho; SOUSA, Rosânia Rodrigues. **O adoecimento psíquico do agente penitenciário e o sistema prisional: estudo de caso – Sete Lagoas.** In: Encontro da ANPAD, XXXV, 2011, Rio de Janeiro.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelson. **O agente penitenciário e seu contexto.** *Revista da Escola Penitenciária da SUSEPE*, v. 1, n. 3, p. 45-52, 1990.

FERNANDES, Rita de Cássia Pereira et al. **Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil.** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, n. 3, p. 807-816, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000300029>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

FIGUEIRÓ, Rafael de Albuquerque. **A polícia penal do Rio Grande do Norte: três analisadores para pensar subjetividade e trabalho em prisões.** *O Público e o Privado*, v. 21, n. 45, p. 62-83.

FIGUEIRÓ, Rafael de Albuquerque. **Cartografia do trabalho de agentes penitenciários: reflexão sobre o “dispositivo prisão”.** 2015. 273 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão.** 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 292 p.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. 312 p.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996. 327 p.

HESS, Remi. **O momento do diário de pesquisa na educação.** In: *Ambiente e Educação*, v. 14, p. 64. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 1996.

KALINSKY, Beatriz. **El agente penitenciario: la cárcel como ámbito laboral.** *Runa*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96282007000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 3 jun. 2015.



KUROWSKI, Carlos Mario; MORENO-JIMÉNEZ, Bernardo. **A síndrome de burnout em funcionários de instituições penitenciárias.** In: BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria T. (Org.). *Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 282.

LOPES, Rogério. **Psicologia jurídica: o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais.** *Psicologia América Latina*, México, v. 0, p. 1-8, 2002. Disponível em: <http://psicolatina.org/Cero/psicologia_juridica.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2015.

LOPES, Rogério. **Atualidades do discurso disciplinar: a representação da disciplina e do disciplinar na fala dos agentes de segurança penitenciária.** 1998. 207 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOURENÇO, Luiz Carlos. **Batendo a tranca: impactos do encarceramento em agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte.** *Dilemas*, 2010.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução penal: comentários à Lei nº 7.210.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários.** São Paulo: IBCCRIM, 2005. 285 p.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **A identidade e o papel de agentes penitenciários.** *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 123-140, 2013.

PEREIRA, Henrique José; MULLER, Marcelo Mário; PADILHA, Sandra. **A escola da prisão na ótica do agente penitenciário.** IFPR, 2008. Disponível em: <http://www.espen.pr.gov.br/arquivos/File/A_Escola_da_Prisao_na_Otica_do_Agent_e_Penitenciario.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

RUMIN, Cassiano Ricardo et al. **O sofrimento psíquico no trabalho de vigilância em prisões.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 31, n. 1, p. 188-199, 2011.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. **Revista da Escola Penitenciária da SUSEPE.** São Paulo: Camaleão, v. 1, nov. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/revista-sap.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária.** 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993. 148 p.

VASCONCELOS, Ana Sílvia Furtado. **A saúde sob custódia: um estudo sobre agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro.** 2000. 66 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2000.

